



Corrente Sindical do Partido Operário Revolucionário
Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

**Em defesa do ensino público, gratuito, laico, científico,
vinculado à produção social, para todos, em todos os níveis
e sob o controle dos estudantes e trabalhadores!**

POLÍTICA OPERÁRIA

APEOESP - 21/06/2021

DORIA E ROSSIEMI ANUNCIARAM O RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS

Vencer a passividade e o corporativismo! Exigir as assembleias presenciais!

Juntamente com o anúncio da vacinação aos profissionais da educação, acima de 18 anos, o governador e Secretário da Educação reafirmaram o retorno às aulas presenciais, para início de agosto, sem limite de alunos por sala. Dias antes, foi publicada uma pesquisa da Unicef, que aponta os prejuízos na aprendizagem e socioemocionais de crianças e adolescentes, durante um ano de escolas fechadas no Brasil (2020). Um dos dados alarmantes é que 41% das crianças sem estudo tinham entre 6 a 10 anos. E que 5,2 milhões, de 6 e 17 anos, estavam fora da escola ou sem atividades escolares. Uma de suas conclusões é que o fechamento de escolas durante a pandemia poderá fazer o Brasil regredir duas décadas no que se refere ao combate à evasão escolar.

Diante desses números, o Secretário da educação procurou justificar as medidas tomadas - entre elas, o retorno às aulas presenciais desde o segundo semestre do ano passado, a cota de 35% de presenças, a oferta de merenda, os recursos empregados para disponibilizar a "segurança sanitária" e, fundamentalmente, os meios que foram empregados para o acesso dos alunos e professores ao Ensino à Distância (plataformas etc.). Reiterou que os prejuízos de aprendizagem serão grandes, caso não se normalize o funcionamento da rede escolar pública. Enfatizou que foi importante estabelecer o ensino remoto, mas que nada substitui o presencial. Sobre a vacinação dos educadores, frisou que não submeteu o retorno ou não das aulas à vacinação, porque isso dependia da disponibilidade dos imunizantes.

O fato é que o governo não pode continuar o "faz de conta" do retorno. O problema é que os alunos não estão frequentando as escolas, sequer os 35%. Boa parte não acompanha diariamente as aulas remotas. Os altos índices de evasão escolar colocaram por terra as metas do PSDB de universalização da educação básica, particularmente do ensino fundamental I e II. O fracasso da utilização do Ensino à Distância durante a pandemia não pode tornar o seu uso inviável na educação básica, tendo em vista a implantação das Escolas de Tempo Integral, "Novo" Ensino Médio, Novotec, Ejatec e outros programas, que têm parte do currículo nessa modalidade virtual.

No entanto, o governo tem pela frente três grandes obstáculos: 1) a pandemia que continua avançando; 2) a vacinação, embora tenha recebido mais imunizantes, continua lenta no estado; 3) a precariedade de boa parte das escolas. Como consequência desses obstáculos, enfrenta a

reação dos pais, que temem o contágio do covid-19 e não enviam os filhos à escola. Um contingente de estudantes, particularmente do ensino médio, que teve de se submeter ao trabalho informal, não vê sentido no retorno às aulas presenciais. No caso dos professores, existe uma divisão. Os mais velhos permanecem em casa e os demais voltaram para as escolas no sistema de rodízio. Como há o medo da contaminação, essa situação acabou criando um conformismo, uma passividade, tendo em vista que não há prejuízos financeiros para a grande maioria. Os prejuízos são para os contratados, que dependem de aulas atribuídas ou do trabalho eventual diário.

Dessa forma, para o governo impor a volta presencial tem de ser uma medida de força. O que tem dificultado, em função da alta contaminação e das condições de funcionamento das escolas. A pressão por meio da normalização da rede privada, que poderia impulsionar a pública, não tem ocorrido, porque há também resistência dos pais ao retorno presencial completo. O governo diz que a rede pública está cada vez mais atrasada em relação à rede privada. Essa constatação tão somente demonstra o precipício que existe entre a rede pública e privada. E, o mais importante, a distinção de classe que separa a maioria pobre (crianças e jovens) e a minoria rica. Esse caráter de classe da escola ficou ainda mais visível com a pandemia.

Política passiva e corporativa

Denúncias, lamentos pelas mortes e recusa às ações coletivas marcaram a política da direção da Apeoesp. No momento em que Doria anunciou o retorno às aulas, no segundo semestre do ano passado, a direção decretou a "greve sanitária", que se configurou concretamente em um boicote individual. O fato de depender da decisão individual levou a uma divisão entre a parcela que ficou em casa e a parcela que acabou indo trabalhar, sob a pressão do governo. O sindicato recorreu à Justiça contra o retorno. Ganhou a causa. No entanto, o governo não acatou, continuou a pressão sobre os professores e estes se viram obrigados a romper o boicote. Essa situação evidenciou que só existe greve quando é uma decisão e ação coletivas dos trabalhadores.

A condição para o retorno às aulas, exigida pela "greve sanitária" virtual, foi a de que somente com a vacina-

ção dos professores e funcionários seria possível normalizar o funcionamento das escolas. Finalmente, Doria resolveu acatar a reivindicação. Ocorre que a imunização ficou incompleta, porque ainda necessita da segunda dose. Assim, a direção da Apeoesp se colocou pela não normalização, aceitando, porém, a cota de alunos por sala e o rodízio dos professores. Essa posição já havia sido tomada quando acabou a “greve sanitária”. Uma vez que não pode se utilizar da fracassada “greve sanitária” (boicote), restou à direção se apoiar tão somente na decisão da Justiça, que havia sido descumprida pelo governo, sem nenhuma consequência.

O fracasso dessa política foi o de se apoiar nos meios virtuais para decidir sobre os rumos do movimento. Rejeitou a convocação de assembleias e reuniões de representantes de escolas e do conselho estadual. Rechaçou, durante mais de um ano de pandemia, tudo que fosse presencial. O sindicato fechou as portas e as subdesdes fizeram o mesmo. Dirigentes sindicais recorreram ao assistencialismo, entregando as cestas-básicas aos professores que enfrentavam dificuldades, particularmente os contratados. Prevaleceu a política da passividade e das iniciativas individuais, a exemplo da “greve sanitária”.

O governo aproveitou o servilismo da direção à política do “Fique em Casa” para implantar os programas, como as Escolas de Tempo Integral (PEIs), Novotec, Ejatec e “Novo” Ensino Médio, que visam ao fechamento de turnos, eliminação de disciplinas e inclusão do Ensino à Distância. Em relação ao “Novo” Ensino Médio, já está sendo implantado o processo de escolha dos itinerários formativos a partir do dia 21/6. Nem mesmo com tais programas, a direção convocou as assembleias para organizar a resistência. O combate continuou sendo corporativo e individual. Desde cima (dos aparatos virtuais), permaneceu a voz da direção denunciando esses programas. O máximo que existiu foram as carreatas, os “atos simbólicos” e a caminhada pela vacina.

O resultado dessa política, que condenou os métodos próprios dos trabalhadores, foi o desarme do professorado e o aumento da desconfiança de uma parcela para com o sindicato. Lembremos que há uma confusão entre a direção do sindicato e o sindicato, que é o instrumento de luta dos trabalhadores.

Duas políticas opostas

A direção e a maioria das correntes de Oposição acataram a bandeira do “Fique em Casa”. Colocaram-se pelas assembleias e reuniões virtuais. Recusaram a convocação das assembleias presenciais. E estiveram na linha de frente da farsa da “greve sanitária”.

A Corrente Proletária se opôs aos métodos virtuais e se colocou pelos métodos próprios dos explorados. Denunciou a “Greve sanitária” por ser um boicote individual, mas trabalhou para que não fosse derrotado. Fez o boicote até ser suspenso, que também se deu de forma online. Exigiu que a direção da Apeoesp convocasse a assembleia presencial para que coletivamente os professores decidissem sobre o retorno ou não às aulas presenciais. Diante da ofensiva de Doria na implantação dos PEIS etc., defendeu as assembleias para que houvesse uma só luta para pôr abaixo tais programas, como ocorreu em 2015 e 2016. Mas não pôde contar com os setores da Oposição, que se alinharam com a política da direção, do PT.

A Corrente Proletária, desde o início da “greve sanitária”, rejeitou a conduta corporativa da direção do sindicato, que desvinculou a defesa das condições sanitárias dos trabalhadores da educação do restante da população. De-

monstrou que não se tratava de uma questão particular da educação, que, na realidade, os professores eram uma camada minoritária da maioria oprimida. Somente a luta organizada da classe operária e do conjunto dos explorados poderia tomar o problema da educação em suas mãos. Deixou claro que o corporativismo da direção do sindicato era parte de um corporativismo geral, que levou o conjunto das direções sindicais a se contrapor à organização de um movimento nacional dos explorados. A luta dos professores contra a volta ao trabalho sem as devidas condições garantidas deveria servir para exigir das centrais, sindicatos e movimentos que se colocassem por uma resposta coletiva à política da burguesia e dos governantes.

No entanto, a “greve sanitária” serviu para reforçar o corporativismo e a bandeira do “fique em casa”, que unificou as direções sindicais e políticas em torno à passividade. O isolamento dos professores em relação aos demais explorados, a ponto de exigir corporativamente a vacinação, quando os pobres e miseráveis continuavam e continuam à mercê da pandemia e das más condições hospitalares, reforçou a política geral das direções de recusa à organização de um poderoso movimento, sobre a base de um programa de reivindicações próprio dos explorados. Esse corporativismo pareceu ter algum êxito, porque o governo não viu condições políticas para reprimir duramente o boicote. De forma que a “greve sanitária” foi se desfazendo por si só, devido à inércia dos professores, que deveriam ganhar as ruas e dar o exemplo de luta aos demais trabalhadores.

Agora, quando Doria e Rossieli anunciam o funcionamento normal das escolas, a Corrente Proletária insiste em defender que a decisão do cumprimento ou não dessa medida está na dependência da convocação de uma assembleia presencial, precedida de reuniões regionais presenciais para aprovar uma resposta coletiva.

Impulsionar as manifestações de rua

Uma nova situação se abriu com as manifestações dos dias 29 de maio e 19 de junho. As direções que ficaram um ano e três meses agarradas na bandeira do “Fique em Casa” se viram obrigadas a recorrer às ruas. Essa mudança de posição, ainda que temerosa, resultou do acúmulo de descontentamento entre as massas. Certamente, as direções reformistas viram a oportunidade de se valerem da revolta latente para potencializarem a estratégia eleitoral. Não houve o rompimento da política de colaboração de classes, que prevaleceu nesse longo período de pandemia. O corporativismo sindical continua bloqueando a unidade da classe operária e os demais explorados em torno às suas reivindicações vitais, por onde se pode combater a burguesia e seus governantes, que vêm descarregando a crise sanitária e econômica sobre a maioria oprimida.

A afluência de milhares de trabalhadores e jovens, principalmente da classe média empobrecida, foi desencadeada pela continuidade da mortandade, pela alta do desemprego, avanço do subemprego, alta do custo de vida, redução de salários e destruição de direitos trabalhistas. A direção que comandou a passividade é a mesma que comanda o retorno das mobilizações de rua, portanto, não encarna as necessidades vitais e as reivindicações dos explorados.

Trata-se de travar a luta no interior da educação, tendo por base a experiência negativa da passividade e da farsa da “greve sanitária”, para desenvolver a política do proletariado nas novas condições que se abrem com o rompimento da passividade.